

UNIVERSIDADE TIRADENTES

FERNANDA QUARANTA LOBÃO BAIRRAL

THASSIANA HELLENA SILVA CAVALCANTE BEZERRA

A LÍNGUA LUSO-BRASILEIRA:
A UNIFICAÇÃO DO IDIOMA EM PAÍSES LUSÓFONOS

Aracaju
2009

FERNANDA QUARANTA LOBÃO BAIRRAL

THASSIANA HELLENA S. CAVALCANTE BEZERRA

A LÍNGUA LUSO-BRASILEIRA:
A UNIFICAÇÃO DO IDIOMA EM PAÍSES LUSÓFONOS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade
Tiradentes como um dos pré-
requisitos para a obtenção do
grau de licenciatura em Letras-
Português.

RICARDO NASCIMENTO ABREU

Aracaju
2009

A LÍNGUA LUSO-BRASILEIRA: A UNIFICAÇÃO DO IDIOMA EM PAÍSES LUSÓFONOS

BAIRRAL, Fernanda Quaranta Lobão
fernanda_quaranta@hotmail.com

BEZERRA, Thassiana Hellena Silva Cavalcante
tassinacavalcante@hotmail.com

ABREU, Ricardo Nascimento. (Orientador)
Graduado em Letras, Especialista em Língua Portuguesa/ Visão Discursiva, Prof. do curso de Letras-Português da Universidade Tiradentes – UNIT.
tenascimento@gmail.com

RESUMO

O trabalho apresentará um breve histórico da Língua Portuguesa desde o Latim Vulgar até o português falado no Brasil, tratando de questões referentes ao distanciamento entre as línguas falada e escrita, além do afastamento entre o português brasileiro e o português europeu. A tentativa de unificar o português em países lusófonos implicou e implica acordos ortográficos, cujas normas se referem a aspectos lexicais apenas, como próprio tema sugere. A reforma ortográfica de 2008 propõe abreviar as diferenças das grafias entre alguns países usuários do idioma português. Muitas são as diferenças e semelhanças entre o português europeu e o português do Brasil, embora tais diferenças não deem autonomia à nossa língua. Há quem defenda que a língua brasileira é independente no caso dos nacionalistas e vocabulistas, no entanto motivados pelo sentimento patriótico seus estudos não merecem destaque.

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará as questões da língua portuguesa, suas raízes e transformações ao longo do tempo até chegar ao Brasil. De que forma essa língua foi imposta aqui no país e quais dificuldades os descobridores encontraram até estabelecer esse idioma como língua oficial, além do distanciamento entre a oralidade e a escrita.

O Português não penetrou de maneira fiel no Brasil, pois os hábitos linguísticos dos primeiros habitantes eram diferentes dos lusitanos. Além dos índios, os africanos tiveram que aprender a nossa língua forçosamente e por isso não assimilaram da mesma forma como era falada pelos portugueses. Com o decorrer do tempo a nossa língua vem sofrendo constantes transformações, fala-se que a nossa língua criou uma total independência da língua lusitana. Por motivos de ordem econômico-político-social, as comunidades que falam a língua portuguesa resolveram, desde a década de 30, aproximar o português em países lusófonos, tornando um só.

O tema proposto torna-se agora de fundamental importância levando em conta que no ano de 2008 um novo acordo foi assinado com o objetivo de unir os países lusófonos, e aproximar as nações tanto na fala como principalmente na escrita. A relevância deste tema está justamente no seguinte questionamento: será esse acordo uma forma de estabelecer a unidade da língua em Portugal e nos demais países que foram colonizados, indo de encontro às tendências de independência das respectivas línguas? Será que a língua portuguesa do Brasil não está tão distante da portuguesa que poderíamos chamá-la exclusivamente de língua brasileira?

2. BREVE HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Até constituir as características modernas de hoje, o idioma português passou por diversas transformações. Tudo começou na Idade Antiga, com os romanos que dominavam uma grande extensão de terras. Eram povos guerreiros que viviam para conquistar territórios e, por consequência, dominar culturalmente. O Império Romano tinha como língua oficial o Latim, que foi sendo difundido por grande parte da Europa, até chegar na Península Ibérica. Esse latim era o falado e se distanciava substancialmente do Latim Clássico (na língua escrita, também chamado de latim literário) que era quase intocável.

O contato com outras civilizações fez com que o latim vulgar se modificasse cada vez mais e adquirisse novas peculiaridades na maneira de falar. No século XII, o latim-vulgar, na península, havia sofrido tantas alterações que já não poderia mais ser assim chamado, tornando-se o que se conheceu como *Galego-Português*. Não há como se determinar com precisão quando foi oficialmente instituído ou criado tal idioma, contudo, costuma-se determinar seu surgimento quando da criação da “Canção da Ribeirinha”, datada aproximadamente no final do séc. XII ao início do séc. XIII.

Nesta época, os idiomas falados em Galícia e Portugal eram os mesmos, porém, como é de se esperar da evolução de dois povos distintos, cada uma dessas nações desenvolveu seu próprio dialeto. No séc. XIV ocorre a cisão entre os dois dialetos, surgindo, então, a língua portuguesa original. Uma dos principais marcos deste surgimento foi o poema de Dom Diniz, o Rei-Trovador, que já conferia à língua uma semelhança com a configuração do léxico atual.

No século XV, principalmente na Península Ibérica, ocorreu uma ideia de nacionalização, advindo da ascensão da burguesia e reunificação do Estado português. Deve-se este fato à crescente navegação e ao comércio feito pelos mares: o crescimento e a necessidade de evolução na tecnologia marítima exigiu do povo português uma unidade. Atribui-se, também, aos árabes o grande crescimento da navegação portuguesa, visto que o sistema numérico e matemático desse povo contribuiu cabalmente para os estudos na área da navegação.

Ao mesmo tempo em que a burguesia procurava ampliar seu mercado externo, a Igreja Católica buscava novos fiéis (pois começava a perder seu espaço para os *reformistas*) e o Estado, na pessoa de D. Manoel – O Venturoso – buscava ampliar sua área de atuação. Em uma atuação conjunta, burguesia, Igreja e Estado iniciaram a colonização de terras e povos de um *novo mundo* – a América.

No apagar das luzes do séc. XV, em 1500, chegam ao Brasil os primeiros exploradores portugueses, sob o comando de Pedro Álvares Cabral. Chegando em solo português, se depararam com os povos indígenas, que possuíam dialetos próprios – que em nada se parecia com o português. De pronto, não houve uma idéia de colonização daquele povo pela coroa portuguesa. Um ano depois, Portugal decide enviar a primeira expedição para reconhecimento do solo da nova terra. Até aquele momento, não houve influência da língua portuguesa na língua indígena ou qualquer intenção em se alterar a cultura dos povos nativos. Em princípio, não havia uma língua oficial no Brasil, o que existia era a chamada “língua geral”, uma mistura do português com o tupi-guarani, utilizada pelos jesuítas, para a prática de catequização e pelos bandeirantes para facilitar o contato com os povos indígenas.

A decadência dessa língua “comum” se deu, entre outros fatores, em razão da imigração em massa de portugueses e pela criação de um diretório por Marquês de Pombal em 1757, que instituía no Brasil o português como língua oficial.

A expulsão dos jesuítas, em 1759, afastava da colônia os principais protetores da língua geral. Cinquenta anos mais tarde o português eliminaria esta última como língua comum, restando apenas um certo número de palavras integradas no vocabulário português local e muitos topônimos (TEYSSIER, 1997, p. 95).

Com a chegada da família real, em 1808, a preocupação maior era transformar o Brasil numa filial européia, iniciou-se então um período de formação cultural fortemente influenciada pelo lusitanismo. Na sociedade carioca, era evidente a tentativa de se adquirir os modos trazidos pela corte.

Com o país independente, desde 1822, os intelectuais buscavam uma forma de independência cultural aderindo de maneira evidente costumes típicos da sociedade francesa, ícone de riqueza e glamour. Com a lei Euzébio de Queirós cessou o tráfico negreiro, a partir de então surge uma grande demanda de mão-de-obra. Esta foi suprida por imigrantes europeus que vinham trabalhar nas lavouras de café, em São Paulo. Desde então, a língua portuguesa, aqui no Brasil, sofria influência de povos de diferentes nações. Essa mistura foi parte do processo evolutivo da formação da língua portuguesa do Brasil.

Num determinado período (o romantismo brasileiro) houve uma tentativa de reavivar as raízes culturais e proteger a língua de quaisquer influências estrangeiras, como por exemplo, se vislumbra no romance de Lima Barreto, Triste Fim de Policarpo Quaresma, no qual o protagonista tentava instituir o tupi-guarani como língua oficial do Brasil.

"Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polémicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma -- usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani, como língua oficial e nacional do povo brasileiro" (BARRETO, 1983, p. 48).

Mudanças na oralidade ou particularidades na maneira de falar podem acontecer, entretanto resumir a língua apenas a aspectos lexicais é ignorar a vastidão de significados que o idioma tem para uma sociedade.

Em tempos modernos, com a constante troca de informações, não há como resguardar a língua de qualquer interferência cultural externa, visto que está mais do que consolidado o entendimento de que a linguagem é o produto das relações interpessoais entre nacionais somado às interferências estrangeiras, principalmente num mundo globalizado.

A norma culta do português manifesta-se oponente a todos os tipos de interferências, como no caso do estrangeirismo. Por conseguinte, o estrangeirismo não é de um todo lesivo, pois há situações na qual essa "modalidade" se faz imprescindível e, muitas vezes, por esse motivo, dar-se-á leveza e concisão. Daí advertir que nem todas as palavras estrangeiras deverão ser ignoradas como decreta o purismo. A aspereza gramatical, assim como auxilia, em certos momentos, dificulta. Como dizer, por exemplo, que uma palavra está escrita ou pronunciada de forma inconveniente? Muitos gramáticos defendem que palavras estrangeiras devem ser pronunciadas de concordância com a sua língua de procedência, mas em certos casos, essa regra torna-se insustentável, pois como afirma

Câmara Jr.: “em matéria de linguagem o correto é o que normalmente se diz” (CÂMARA, 1977, p. 124) como em: pântano, nível, míope que adaptaram-se à língua portuguesa; diferentemente desses casos temos palavras que se mantêm de acordo com a sua origem no caso de projétil (origem francesa). Palavras originárias do grego e do latim geralmente são paroxítonas. As exceções são palavras aportuguesadas que passaram a proparoxítonas, como: hipódromo ao invés de hipodromo.

3. ORALIDADE X ESCRITA

A língua é o instrumento de comunicação existente dentro de uma nação. É graças a ela que o seu povo estabelece as relações cotidianas entre si. O nosso idioma é a nossa unidade nacional, *i. e.*, ele é um fator social que está sempre relacionado a outros fatores inerentes aos nossos costumes, à nossa forma de pensar, entre outros, contudo, apesar de ele ser uma unidade, é, ao mesmo tempo, constituído de variações causadas pela diversidade cultural. Percebe-se então que essa unificação é seccionada quando se comparam realidades de localizações diferentes, e é por isso que existem dentro de um país como o Brasil tantos dialetos pertencentes a determinados lugares que não são compreendidos em outros. Os dialetos são variações na maneira de falar que fazem parte não só de uma região, mas, também, do cultural, social e ideológico. A língua portuguesa, em nosso país, ou em qualquer nação colonizada por Portugal é constituída de heterogeneidade, no caso do Brasil, isso pode estar relacionado com a sua extensão territorial e seu pluralismo. Edith Pimentel Pinto define o conceito de dialeto da seguinte maneira: “Do ângulo lingüístico,

dialetos são desvios que podem ocorrer tanto no plano geográfico quanto no plano social” (PINTO, 1986, p. 8)

O português originou-se do latim vulgar, ou seja, aquele latim falado, ao qual a maioria dos povos teve acesso e foi sendo transmitido oralmente. Essa forma de disseminação permite que seus povos façam uso da língua da maneira que mais lhes agrade. A transformação de um idioma se dá por diversos motivos, entre eles, está a tendência ao dinamismo. Quanto mais prática é uma língua, mais objetiva ela é, já que supostamente a comunicação é estabelecida de maneira mais eficiente. Aliada a essa questão, a transformação do idioma também se dá por causa das influências culturais de povos conquistados ou conquistadores com níveis intelectuais diversos. A modificação de um idioma, no que se refere à escrita erudita, ocorre de maneira mais lenta se comparada à oralidade porque é o uso da língua que a transforma e o surgimento de uma nova língua se dá, entre outros fatores, a partir de uma ruptura político-social.

A erudição da fala está diretamente relacionada ao nível intelectual de uma pessoa, ou seja, quanto mais próxima ela está da norma, mais culta ela é, mas o que acontece é que meios de comunicações existem para corresponderem às expectativas da sociedade, independentemente do grau de erudição de seu povo, a imprensa, por exemplo, precisa estar ligada às formas mais populares para que seus interlocutores estejam satisfeitos. Apesar de se ensinar o português erudito nas escolas brasileiras, os seus falantes não utilizam de maneira fidedigna no cotidiano, visto que a fala tende a ser mais livre do que a forma escrita. É indubitável que os brasileiros falam a língua portuguesa, à sua maneira, dando a ela uma nova roupagem, embutindo nela os seus traços sócio-culturais, a sua identidade, assim como acontece em outros países também lusófonos. João Ribeiro, um importantíssimo filólogo sergipano, afirma: “a Língua Nacional é essencialmente a língua

portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos” (A Língua Nacional. São Paulo, ed. Da Revista do Brasil, 1933).

4. OS ACORDOS ORTOGRÁFICOS E SEUS OBJETIVOS

Em 1931, o governo adota um sistema mais rigoroso em relação à grafia das palavras que já vigorava em Portugal desde 1912. Trata-se de um acordo entre os governos português e brasileiro com a intenção de amenizar as diferenças existentes entre o português de Portugal e o português do Brasil; essas diferenças aconteciam em vários aspectos da língua, mais intensamente no campo do léxico.

Passadas mais de quatro décadas da Proclamação da República do Brasil (ocorrida em 1889), a ex-colônia ficava cada vez mais independente linguisticamente de sua pátria mãe e inevitavelmente se desprendia aos poucos dos resquícios do latim. Algumas adaptações foram feitas para uniformizar as grafias portuguesas, como por exemplo, a extinção de algumas letras dobradas (com exceção dos grupos RR e SS entre vogais), a supressão da letra h ao lado de outra consoante (influência grega em palavras como *phísica*), entre outras. Essa reforma foi categórica, visto que, até antes dela, os usuários da língua portuguesa não tinham adotado regras fixas que estabelecessem a uniformidade da mesma. O critério adotado nesse acordo respeitava as questões etimológicas, o que acabou desfazendo muitos equívocos. A partir de então, valorizar o padrão da nova grafia era sinônimo de instrução. Nessa época, os estudos filológicos foram de fundamental importância, pois utilizavam o método histórico-comparatista que contribuiu para que a gramaticalização do português fosse feita de maneira mais leal.

No ano de 1943, a convenção luso-brasileira faz algumas pequenas alterações no acordo de 31, no *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* apresentam-se algumas delas: a extinção de consoantes mudas (em vocábulos como *auctor* e *alumno*) e a substituição das letras *k*, *y* e *w* por respectivamente *qu* (antes de E e I) ou *c* (antes das demais vogais), *i* e *v*. Essas letras permanecem apenas em nomes estrangeiros e seus derivados ou em símbolos científicos. Em 1945, ocorre uma tentativa de “reforma” que não é bem acertada no Brasil devido a algumas divergências de interpretação das regras; esse novo acordo passa a vigorar apenas em Portugal e, no Brasil, permanecem as regras de 43.

O governo brasileiro resolve decretar, em 1971, algumas modificações no acordo anterior, que acabaram suavizando as divergências entre esses dois países. Esta foi a última reforma efetivamente implementada do Brasil antes de 2008. Entre outras alterações, merecem destaque:

a supressão do acento circunflexo nas vogais tônicas fechadas em palavras homógrafas paroxítonas para diferenciá-las das abertas, a eliminação de acentos circunflexos e graves que marcavam a sílaba subtônica nos vocábulos derivados com o sufixo – mente ou iniciados com “z” em palavras como: ultimamente e bebêzinho.

(www.scribd.com/doc/13240978/Guia-do-Acordo-Ortografico)

5. A REFORMA ORTOGRÁFICA DE 2008

Essa reforma, acordada por todos os países de língua portuguesa, não resultaram em modificação substancial em seus léxicos nacionais, sendo assim, não haverá redução das particularidades de cada um dos envolvidos. No Brasil, apenas 0,5 por cento do

vocabulário será alterado e nos demais países, 1,5 por cento, trata-se de uma modificação na grafia, como a própria denominação já sugere.

O acordo ortográfico assinado em 2008 foi resultado de uma longa caminhada em busca da unificação do idioma em países lusófonos. Em outro viés, não é de bom alvitre subjugar a linguagem a questões políticas já que, em verdade, seu cunho é social. O idioma de uma nação é o fator mais arraigado pertencente aos seus cidadãos – a modificação de elementos lingüísticos é assimilada com o decurso do tempo, de maneira natural. Acolher de prontidão uma mudança de costumes cotidianos é seguir na contra-mão do processo lingüístico-cultural. Tal procedimento, lento por sua natureza, é um reflexo da identidade nacional, afinal, está-se falando de algo que demora séculos para se firmar e desaparecer por inteiro: a língua. Contudo, o que está em questão são os acréscimos que ela nos trará, os benefícios são incontestavelmente superiores aos prejuízos; quantas simplificações da língua portuguesa foram elaboradas para que os seus falantes utilizassem-na de maneira mais objetiva? Uma vez que a língua “brasileira” está irreversivelmente atrelada à língua portuguesa, por que não constituir esse vínculo de maneira mais calhada? Estabelecer um sistema gráfico único não nos garante a perda da nossa identidade, apenas abrevia a distância entre povos que são irmãos.

A língua que se fala no Brasil é indiscutivelmente o português, está na Constituição Federal (art. 13). Não se pode falar numa língua brasileira destacada da língua portuguesa visto que no geral, os elementos fonéticos, morfológicos e sintáticos que compõem ambas são os mesmos, apenas com algumas alterações na pronúncia. O que se lê em Portugal é bem compreendido aqui no Brasil. Desta forma, pode-se dizer que não existe, ainda, nenhuma evidência que torna o nosso idioma qualquer outro, senão o português.

6 SIMILITUDES E DIFERENÇAS ENTRE O PORTUGUÊS EUROPEU E O BRASILEIRO

A linguagem, como já se sabe, é a manifestação de maior completude da existência humana. E, entre tantas línguas, uma das que mais sofreram variações (e sofrem) é a língua portuguesa, especificamente a portuguesa do Brasil.

Desde aquele nacionalismo pós-independência que se percebeu que o português falado no Brasil distanciava-se, timidamente, daquele falado em Portugal. Os portugueses quando aqui se fixaram trouxeram consigo sua identidade maior: a língua, no entanto a “entrada” deste linguajar encontrou forte resistência no tupi dos índios que era mais discorrida que o português e assim perdurou por anos. Após o enfraquecimento do tupi há a ascensão do português. O que torna o nosso português peculiar é que assim que os dominados aprenderam o idioma, este foi desconstruído, devido aos hábitos lingüísticos serem distintos com relação ao povo dominador.

O léxico brasileiro foi enriquecido indultos a outras culturas e, com o passar dos anos, com os novos pensares que a sociedade emprega. Sabe-se que os índios nos consentiram um significativo número de vozes, ou seja, no vocabulário brasileiro. Sua herança vai desde a geografia (Catete, Carioca), passando por radicais verbais (empipocar, entocar) até as comidas (canja, canjica). Outro influenciador da nossa língua foram os africanos, embora sua contribuição tenha sido inferior a dos índios. Mexeram na morfologia como: as flexões (os home, ele brigô), no verbo com mesma desinência em todas as pessoas (eu compro, tu compra, nós compra) até nomes diversos (angu-duro, pé-de-moleque). As duas exemplificações citadas não são fiéis a língua de procedência, pois ao chegarem ao

Brasil sofreram ajustamentos e um “estilo brasileiro” de falar as duas línguas. Com isso e com os regionalismos existentes, as quantidades do léxico tanto africano quanto tupi diminuiram.

As estruturas lexicográficas não determinam independência da língua, nem os morfemas que, em sua multiplicidade, foram adquiridos pelo português, sendo enriquecidas com nomenclaturas no Brasil. As estruturas gramaticais brasileiras são idênticas a gramática lusitana, restando apenas para a fala à despreocupação e reprodução de dizeres arcaicos portugueses.

Existem muitos defensores da nossa língua que a colocam como unicamente brasileira, longe dos preceitos portugueses. Estes defensores são os vocabulistas e nacionalistas. O primeiro defensor, segundo Gladstone Chaves de Melo “são os mais ingênuos, pois descobrem que há palavras no Brasil que tem significados distintos das escritas ou faladas em Portugal.” O problema será que analisando por este lado pode ser que eles descubram não só uma, mas várias línguas portuguesas. Os vocabulistas diferenciam o léxico da gramática. Para eles as lexicográficas são a matéria e as gramaticais são a forma da língua.

Para muitos estudiosos portugueses, a forma de discorrer dos brasileiros é pausada e sibilada se comparada com a maneira rápida dos portugueses e suas vogais serem suprimidas. Para mostrar que o português brasileiro está entrelaçado com o português europeu, Gladstone explica que em meados do século XVI a pronúncia e a escrita em vários momentos mostram-se similar à nossa atualmente, na questão das vogais pretônicas, nos ditongos, nos tônicos antes de palatal e as consoantes nasais. Todas estas transformações foram extintas do idioma português europeu e é usada hoje pela língua portuguesa no Brasil.

Não há como negar algo que é tão evidente: a língua portuguesa do Brasil é a mesma língua de Portugal, pois como dizia João Ribeiro.

Os nacionalistas são os defensores que, tomados pelo sentimento de patriotismo (seja lusitano seja brasileiro) podem cair em contradição. E os estudos muitas vezes não têm um bom fundamento, pois eles procuram algo que comprove a sua teoria de que um idioma é independente do outro. Daí esses defensores não oferecerem tanta credibilidade.

7 CONSIDERAÇÕES

Este trabalho percorre desde as raízes da língua portuguesa e suas transformações ao longo do tempo.

A proposta de unificação do idioma em países lusófonos tem sido bastante questionada pela população em geral. Fala-se em língua brasileira desvinculada ao lusitanismo, entretanto ao contrário do que os leigos supõem, a língua falada no Brasil é essencialmente o português, embora tenha sofrido influências de diversos povos com níveis culturais distintos.

Apesar de todo enriquecimento que foi dado à língua portuguesa do Brasil, ela não pode ser considerada uma língua única e independente, uma vez que sua estrutura gramatical está voltada para língua portuguesa européia.

Sabe-se que a língua falada possui uma liberdade que a escrita não dispõe, no entanto, não é admissível que a língua escrita seja transformada pela língua falada a ponto de permitir equívocos. Numa tentativa de “unir” a língua luso-brasileira, surgiram os

acordos, cuja preocupação na verdade é com o léxico no que se refere à aproximação das grafias.

Mas é no ano de 2008 que a reforma ganha ares de unificação de todos os países lusófonos, trazendo enormes benefícios. Essa reforma auxiliará a integração entre os países sem ferir as peculiaridades lingüísticas dos mesmos. Logicamente essa mudança será paulatina, pois para se firmar a língua demora anos ou séculos.

Desse apanhado geral, conclui-se que a nossa língua é constituída de variações e por isso, não permanece estática, sempre sofrendo algumas modificações. Cada língua é livre no sentido do seu uso, mas na escrita, precisa respeitar suas normas para que se estabeleça a comunicação.

REFERÊNCIAS

PINTO, Edith Pimentel. A língua escrita no Brasil. São Paulo: Ática, 1986

HOUAISS, Antônio. A nova ortografia da língua portuguesa. São Paulo: Ática, 1991

CAMARA JR., J. Mattoso. Manual de Expressão Oral e Escrita. Petrópolis: Vozes, 1977

MACHADO FILHO, Aires da Mata. Ortografia Oficial. Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1958

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa: Nova Fronteira, 1986

TEYSSIER, Paul. História da Língua Portuguesa. São Paulo: Martins Fontes, 1997

NARO, Anthony Julius, SCHERRE, Maria Marta Pereira. Origens do Português Brasileiro. São Paulo: Parábola Editorial, 2007

MELO, Gladstone Chaves de. A Língua do Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975

BARRETO, Lima. Triste Fim de Policarpo Quaresma. São Paulo: Ática, 1983

RIBEIRO, João. A Língua Nacional e Outros Estudos Linguísticos. Petrópolis: Vozes Limitadas, 1979